

**Nota Oficial – Reação da Oxfam Brasil à aprovação do relatório do PL
1087/2025 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados**

A Oxfam Brasil recebe com cautela a aprovação, sem alterações, do relatório apresentado pelo Deputado Arthur Lira ao Projeto de Lei nº 1087/2025 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Reconhecemos que a manutenção da alíquota de 10% do imposto de renda mínimo sobre lucros e dividendos representa uma conquista relevante diante do histórico de isenção dessas rendas no Brasil. Essa medida, ainda que tímida, sinaliza um avanço necessário em direção à justiça fiscal, após décadas de um sistema regressivo que penaliza os mais pobres, especialmente as mulheres negras, e favorece os muito ricos.

Essa conquista parcial não teria sido possível sem a expressiva mobilização da sociedade, **tanto nas redes sociais quanto ocupando às ruas, exigindo** a taxação dos super-ricos e o fim de privilégios fiscais que ameaçam os investimentos em saúde, educação e proteção social, foram decisivas para barrar retrocessos no texto original do projeto. A Oxfam Brasil se orgulha de ter contribuído ativamente com essa mobilização, liderando a campanha de articulação e entrega de uma petição assinada por mais de 100 organizações ao presidente da Comissão Especial, Deputado Rubens Júnior. A petição expressou o repúdio da sociedade às tentativas de esvaziar o alcance redistributivo da proposta e defendeu a preservação de seus pilares fundamentais.

Como reforçamos em evento realizado recentemente no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, a reforma do Imposto de Renda não pode ignorar o papel da tributação como instrumento de combate às desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira. O sistema tributário atual, ao cobrar mais de quem tem menos, aprofunda desigualdades de classe, raça e gênero. É por isso que a Oxfam Brasil se soma à luta histórica dos movimentos negros no Brasil e suas organizações como o Instituto Peregum, Uneafro Brasil dentre outras organizações signatárias do *Manifesto por uma Tributação Justa, Antirracista e Reparadora*, para exigir um modelo de tributação que enfrente as distorções raciais e de gênero que estruturam nossa sociedade.

O parecer aprovado apresenta pontos positivos, como a elevação do limite de isenção para R\$ 5 mil e a ampliação da faixa de transição até R\$ 7.350, o que

proporciona alívio fiscal à classe trabalhadora. No entanto, lamentamos profundamente que o relatório tenha mantido privilégios ao agronegócio ao excluir explicitamente os grandes produtores rurais e seus investidores da tributação mínima, evidenciando a força política desse setor e a seletividade da política fiscal brasileira.

Esses privilégios não são novos: o setor do agronegócio — especialmente os grandes exportadores de soja, gado e commodities — se beneficia há décadas de um sistema de isenções e incentivos fiscais que drenam recursos públicos, favorecem o desmatamento e aprofundam as desigualdades sociais e ambientais no país. Estima-se que, apenas em 2023, as isenções fiscais concedidas ao setor agroindustrial tenham ultrapassado R\$ 25 bilhões, sem qualquer contrapartida socioambiental. Como revelado por diversas investigações independentes, esse conjunto de isenções subsidia práticas que alimentam o desmatamento da Amazônia, a contaminação por agrotóxicos e a concentração fundiária, com impactos diretos sobre povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e a população negra periférica.

A manutenção desses benefícios no PL 1087/2025 é um obstáculo à construção de um sistema tributário alinhado aos compromissos climáticos, à justiça social e à proteção dos direitos humanos.

Mais grave ainda é o fato de que a tramitação do PL 1087/2025 na Comissão Especial tenha se dado à revelia da participação social. A ausência de diálogo com a sociedade civil contrasta com o espírito democrático que deveria guiar uma reforma tributária verdadeiramente comprometida com o interesse público.

Reiteramos que a construção de um sistema tributário justo, progressivo e comprometido com a superação das desigualdades exige transparência, diálogo com a sociedade e enfrentamento dos privilégios das elites econômicas. A luta por justiça fiscal continua. Seguiremos mobilizadas para que o PL 1087/2025 avance no Congresso Nacional com mais ambição redistributiva e mais compromisso com os direitos da população brasileira.

Oxfam Brasil

Por justiça social e fiscal no Brasil e no mundo.

Fontes:

Ato na Avenida Paulista pede taxaço de super-ricos e condena taxaço

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-07/ato-na-avenida-paulista-pede-taxacao-de-super-ricos-e-condena-tarifaco>

Manifestaço em Brasília cobra taxaço de grandes fortunas e fim da escala 6x1

<https://www.brasildefato.com.br/2025/07/09/congresso-inimigo-do-povo-manifestacao-em-brasilia-nesta-quinta-10-cobra-taxacao-de-grandes-fortunas-e-fim-da-escala-6x1>

Petiço de mais de 100 organizaçoes contra mudanças no PL 1087/2025

<https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-de-100-organizacoes-entregam-peticao-contramudancas-no-pl-do-ir/>

Oxfam Brasil debate justiça tributária e desigualdades na Câmara dos Deputados

<https://www.oxfam.org.br/noticias/oxfam-brasil-debate-justica-tributaria-e-desigualdades-na-camara-dos-deputados/>

Manifesto por uma Tributação Justa, Antirracista e Reparadora

<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/sociedade-civil-publica-manifesto-por-justica-tributaria-que-corrija-distorcoes-de-raca-e-genero/>

Arqueologia da Regressividade Tributária no Brasil

<https://www.oxfam.org.br/noticias/regressividade-tributaria-desigualdade-racial/>

Reportagem da Sumaúma sobre isenções fiscais ao agronegócio e impactos socioambientais

<https://sumauma.com/boi-soja-agrotoxicos-isencoes-tributarias-agroindustria-alimentam-desmatamento-poluicao/>